



CARTOGRAFIA SOCIAL COMO INSTRUMENTO DE RESISTÊNCIA: O mapa como ferramenta de empoderamento de povos e comunidades tradicionais no Alto Solimões no Estado do Amazonas.

LA CARTOGRAFÍA SOCIAL COMO INSTRUMENTO DE RESISTENCIA: El mapa como herramienta para empoderar a los pueblos y comunidades tradicionales del Alto Solimões en el Estado de Amazonas.

Mateus da Silva Teixeira – PPGEOG/UFAM– Benjamin Constant – Amazonas – Brasil
mateus.geo@hotmail.com

Reginaldo Conceição da Silva – CESTB/UEA – NCSA– Tabatinga – Amazonas – Brasil
reginho.obi@hotmail.com

Manuel de Jesus Masulo da Cruz – PPGEOG/UFAM– Manaus – Amazonas – Brasil
manuelmasulo@gmail.com

RESUMO

O estado do Amazonas apresenta diversos conflitos por acesso aos bens comuns de povos e comunidades tradicionais, como os recursos naturais e aquáticos. Sendo a população composta por ribeirinhos, pescadores, extrativistas, quilombolas de pequenas comunidades distantes das sedes municipais que vivem em constantes lutas por direitos. A pesquisa é localizada na porção ocidental da Amazônia brasileira em fronteira na microrregião do Alto Solimões no Amazonas. O objetivo geral tende a refletir sobre o processo de produção dos mapas situacionais referentes aos conflitos por Terra e Água, sob a perspectiva dos povos e comunidades tradicionais residentes no Alto Solimões. A realização do trabalho esta baseado em levantamentos de dados primários¹ e secundários² por meio da cooperação do Núcleo de Cartografia Social da Amazônia e Núcleo de Estudos Socioambientais, ambos possuem um farto material de estudos relacionados aos povos e comunidades tradicionais. Os resultados obtidos são elaborações cartográficas, boletins informativos e fascículos entre grupos étnicos e comunidades tradicionais, distribuídas entre os municípios.

Palavras-chave: Lutas por direitos; Comunidades Tradicionais; Conflito por terra e água; Cartografia Social e Empoderamento.

RESUMEN

El estado de Amazonas presenta varios conflictos por el acceso a los bienes comunes de los pueblos y comunidades tradicionales, como los recursos naturales y acuáticos. La población está compuesta por ribereños, pescadores, extractivistas, quilombolas de pequeñas comunidades alejadas de las sedes municipales que viven en constante lucha por los derechos. La investigación se ubica en la porción occidental de la Amazonía brasileña que limita con la

¹ Pesquisa documental.

² Realizado por meio da pesquisa em websites especializados.

microrregión de Alto Solimões en Amazonas. El objetivo general tiende a reflexionar sobre el proceso de elaboración de mapas situacionales referentes a conflictos de tierras y aguas, desde la perspectiva de los pueblos y comunidades tradicionales que residen en el Alto Solimões. El trabajo se basa en encuestas de datos primarios y secundarios a través de la cooperación del Núcleo de Cartografía Social Amazónica y el Núcleo de Estudios Sociales y Ambientales, los cuales tienen una gran cantidad de material de estudio relacionado con pueblos y comunidades tradicionales. Los resultados obtenidos son elaboraciones cartográficas, boletines informativos y fascículos entre etnias y comunidades tradicionales, distribuidos entre los municipios.

Palabras-Clave: Lucha por los derechos; Comunidades tradicionales; Conflicto por tierra y agua; Cartografía social y empoderamiento

INTRODUÇÃO

Na Amazônia legal brasileira em sua escala são registradas diversidades de conflitos por acesso a recursos naturais como, (madeira, folhas, animais de interesses alimentícios) e também pelos recursos aquáticos, (rios, lagos, igarapés e açudes – quelônios e peixes) disponíveis nesses ambientes naturais.

Os povos e comunidades tradicionais (quilombolas, ribeirinhos, agro-extrativistas, pescadores) ocupam o território de forma tradicional. Sob o olhar geográfico deste território da Amazônia brasileira são capturadas dinâmicas entre os habitantes que vivem da natureza de forma harmônica com os recursos encontrados. Os dramas no território se dão pelo o espaço físico e social enquanto estão em disputas.

Para Bourdieu (2013: p. 03) “O espaço social fisicamente realizado (ou objetivado) se apresenta como distribuição, no espaço físico, de diferentes espécies de bens e serviços e também de agentes individuais e grupos fisicamente localizados (enquanto corpos ligados a um lugar permanente: domicílio fixo ou residência principal) e dotados de oportunidades de apropriação desses bens e serviços mais ou menos importantes”.

Neste processo reflexivo, o movimento socioespaciais no território é desenvolvido pelos sujeitos sociais que habitam e produzem formas de trabalho em cooperação entre famílias, como: plantação, caça e também a pesca para o seu próprio consumo. Quanto a esse assunto, as famílias tem uma ligação muito forte com o território e suas relações de identidade se constroem com o tempo. A exploração dos recursos naturais dos rios, do solo e das florestas amazônicas por grupos antagônicos

são vivenciados pelas comunidades tradicionais. Tendo em vista isso, os conflitos socioambientais são gerados e percebidos/vividos por estas populações que se configuram como algo crescente nesta porção territorial.

A partir disso, refletiu-se sobre o processo de produção dos mapas situacionais referentes aos conflitos por Terra e Água, sob a perspectiva dos povos e comunidades tradicionais residentes no Alto Solimões, com isso, percebeu-se que é um trabalho indispensável. Então, acredita-se que com a elaboração cartográfica do mapa, sendo um instrumento de empoderamento dos povos e comunidades tradicionais, de tal modo que se obtenha os documentos cartográficos do território e perceba o empoderamento dos povos por meio dos mapas. Ascelrad (2012: p. 5) acentua: “A produção de mapas passou a integrar assim, as lutas simbólicas envolvidas no processo de produção cultural da paisagem e de seus elementos materiais”.

Diante disso, as cartografias produzidas sobre os conflitos darão a luz para novos rumos perante a negação e o direito ao território dos povos e comunidades tradicionais. Para entender esta pesquisa alguns objetivos específicos foram delineados para compreender os fatores de conflitos por acesso a recursos terrestres e aquáticos que afetam comunidades ribeirinhas em cidades do Alto Solimões e também discorrer sobre as experiências no processo de elaboração Cartográfica no Núcleo de Cartografia Social da Amazônia e no Núcleo de Estudos Socioambientais da Amazônia.

A cartografia é um instrumento oficial para as discussões sobre as relações de dominação e poder. Para desenvolvimento da pesquisa despertou-se um olhar mais amplo, porque o produto da cartografia elaborado com lideranças de povos e comunidades tradicionais demandou o conhecimento empírico dos habitantes existentes nos diferentes campos da ciência geográfica como no espaço, lugar e território.

O espaço tem como caracterização as relações e movimentações do homem com a natureza. Em consonância com Santos (2006: p. 215): “Espaço se dá ao conjunto dos homens que nele se exercem como um conjunto de virtualidades de valor desigual, cujo uso tem de ser disputado a cada instante, em função da força de cada qual”. Indagamo-nos a partir das várias problemáticas, como o mapa poderia ser um

instrumento de empoderamento? O que a cartografia traria de pontos positivos para as comunidades tradicionais? E quais são os temas mais debatidos nas cartografias?

Nesse sentido, o lugar é uma categoria importante nesta discussão, pois traz a luz o sentido de pertencimento e familiaridade. O território é a relação de poder e dominação na qual o homem tem seus direitos com a terra conquistada. Portanto, o mapa é um produto da cartografia, e sempre foi utilizado no processo histórico das populações em todos os lugares e regiões com interesses mais diversificados.

Enfim, as elaborações cartográficas surgem com demandas dos sujeitos sociais que visam à defesa pelo o uso do território tradicional. A esse respeito Acselrad (2012: p. 05) diz que: “quando as comunidades pensam em fazer sua própria cartografia, elas não estão pretendendo simplesmente retratar o espaço físico, mas afirmar seus modos de vida”. Este artigo é o resultado de participações de extensão/pesquisas documentais no laboratório de cartografia social da Amazônia, vinculado ao PNSCA – Projeto Nova Cartografia social da Amazônia³ e ao Núcleo de estudos socioambientais da Amazônia.

CARTOGRAFIAS SOCIAIS O CAMPO DE MEMORIA E RESISTÊNCIA

Ao passar do tempo os mapas foram sendo mais utilizados no processo histórico da sociedade com diversos temas de localização geográfica. Já a cartografia é um instrumento real para os povos e comunidades tradicionais, na qual tem como a principal luta pelos direitos negados pelo território de uso comum. Nesse sentido para Acselrad (2013: pg.17) “A cartografia social poder ser entendida como apropriação de técnicas e modos de representação cartográficos modernos por grupos sociais historicamente excluídos dos processos de tomada de decisão”.

A cartografia social⁴ é uma ferramenta para o mapeamento dos sujeitos sociais com emergências dos direitos ao processo da identidade do território. A fonte desta pesquisa é por meio de cooperação do Núcleo de cartografia social e Núcleo de estudos

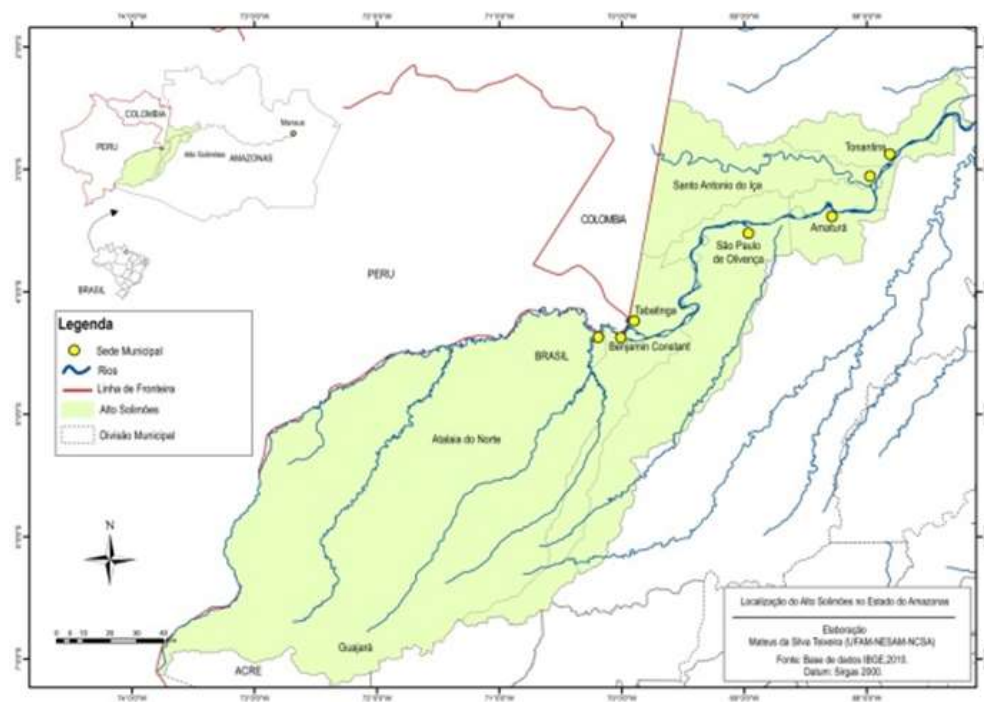
³ A cartografia do Projeto Nova Cartografia Social não se resume ao mapa, representação espacial-imagética da comunidade, mas inclui uma descrição discursiva dos costumes, dos símbolos, das relações sociais, da ocupação do território, dos conflitos e das lutas e suas perspectivas (Acselrad, 2012: p.208).

⁴ Segundo Almeida (2013: p.23) “As comunidades tradicionais tornam-se uma fonte de produção de informação cartográfica”.

socioambientais que possuem um farto material de fonte de estudos e mapas situacionais do Alto Solimões.

Os conflitos territoriais sofridos pelos sujeitos sociais ocorrem no recorte geográfico da microrregião⁵ do estado do Amazonas. A região abrange os seguintes municípios: Benjamin Constant com a ⁶(População estimada, 43.935), Tabatinga (População estimada, 52.272), Santo Antônio do Içá (População estimada, 21.243), São Paulo de Olivença (População estimada, 31.422), Tonantins (População estimada, 17.079), Amaturá (População estimada, 9.467), Atalaia do Norte (População estimada, 20.398).

Figura 1- Mapa de Localização dos Municípios da Microrregião do Alto Solimões no Amazonas



Elaboração Cartográfica: Mateus da Silva Teixeira. Ano 2021.

⁵ Na mesorregião do Alto Solimões, na fronteira triplíce Brasil, Colômbia e Peru, as tensões sociais têm aumentado, devido à intensificação da ação ilegal de madeireiros, grileiros, garimpeiros, empresas mineradoras e pescadores comerciais envolvendo terras tradicionalmente ocupadas por indígenas, ribeirinhos e comunidades agroextrativistas (Silva. p. 34).

⁶ IBGE – Instituto brasileiro de Geografia e Estatística
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am>

A experiência com o trabalho cartográfico é um campo em constante desenvolvimento para quem realiza a pesquisa frente às mobilizações sociais de lideranças de comunidades tradicionais. Os municípios do Alto Solimões dispõem de recursos naturais altamente ricos de fauna e flora, quanto a estes recursos estão em jogo disputas entre sujeitos sociais e grupos antagônicos que visam o lucro em massa. O mapeamento social⁷ entra na ação contra os grupos antagônicos para o reconhecimento territorial dos espaços habitados⁸ por povos e comunidades.

A esse respeito, Marx (1985: p. 86) esclarece que “a propriedade, portanto, significa pertencer a uma tribo (comunidade) e sua existência subjetivo-objetiva dentro dela e, por meio do relacionamento desta comunidade com a terra, como seu corpo inorgânico, ocorre o relacionamento do indivíduo com a terra, com a condição externa primária de produção – porque a terra é, ao mesmo tempo, matéria prima, instrumento de trabalho e fruto – como as pré-condições correspondentes à sua individualidade, como seu modo de existência.

Os campos da cartografia social evidenciam os costumes, através de símbolos, das relações sociais, disputas evidenciadas, ocupação dos territórios. A questão da memória é um conceito importante para a elaboração cartográfica, pois, este habilita o desenvolvimento das transformações dos territórios para o mapeamento social.

Neste aspecto Almeida e Souza (2017: p.06) cita que “na construção da cartografia social, de mapas situacionais que permitem representar a realidade histórica, a memória é um elemento relevante”.

⁷ O mapeamento social, neste sentido, consiste num instrumento que fortalece a emergência de identidades coletivas e relativiza a ênfase na biodiversidade, no caso da Amazônia, colocando-a como atrelada à diversidade cultural e à mobilização destes povos e comunidades tradicionais em torno de seus direitos territoriais (Almeida, 2013 p.34).

⁸ A questão do espaço habitado pode ser abordada segundo um ponto de vista biológico, pelo reconhecimento da adaptabilidade do homem, como indivíduo, às mais diversas altitudes e latitudes, aos climas mais diversos, às condições naturais mais extremas. Uma outra abordagem é a que vê o ser humano não mais como indivíduo isolado, mas como um ser social por excelência. (Santos, ano p.14)

Figura 2 e 3: Membros e Lideranças das comunidades indígenas do município de São Paulo de Olivença – AM



Fonte: Pesquisa de Campo, acervo NESAM / NCSA -2017.

O reconhecimento do homem com seu território determinam as histórias de vida que são produzidas por eles, desta forma dá o sentido da memória. As produções dos mapas temáticos representam uma cartografia oficial, visto pelo e para os agentes no processo de articulação entre as instâncias de gestão territorial no âmbito federal, estadual e municipal.

Figura 4 e 5: Membros da Comunidade São Gabriel do Município de Atalaia do Norte - AM



Fonte: Pesquisa de Campo. Acervo NESAM / NCSA - 2017.

A cartografia elaborada por lideranças e membros das comunidades tradicionais é uma das etapas mais significativas e importantes no reconhecimento do território. O produto desenvolvido em reuniões e também nas oficinas cartográficas é

chamado de croqui, ou seja, cada integrante, age de forma coletiva para desenhar o espaço, lugar e o território de uso. As formas de uso deste território são tradicionais, a noção deles sobre o local de vida é importante na construção do mapeamento social. Assim, cada membro das comunidades tem sua visão de mundo e de onde vivem as informações contidas na confecção do croqui.

De acordo com as afirmações de Edwards (2002, p. 76) “Croqui não é um desenho técnico de uma expressividade e que registra uma idéia finalizada, encerrada em sua representação. Mas sim um elemento de linguagem em processo, permissivo de possibilidades e transformações, como em um diálogo entre o autor e o meio social”. Às comunidades expressam seus sentimentos nas formas de descrever seu modo de vida no território de uso comum, no processo de reivindicação e resistência do espaço.

Saliento que este recurso, dentro do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia é uma consolidação na instrumentação de povos e comunidades tradicionais do alto Solimões no Amazonas.

Figura 5 e 6: Apresentação do Projeto aos membros do Sindicato dos Pescadores do Município de Tabatinga. Confecção dos croquis por moradores das comunidades ribeirinhas.



Fonte: Atividades de extensão. Acervo NESAM / NCSA - 2015

Os conhecimentos dos territórios vão além de um simples mapeamento social, este tem se tornado uma ferramenta de resistência das comunidades tradicionais na Amazônia, como em todo o Brasil. A cartografia representada por eles, acionam seus maiores sentimentos ligados ao espaço e lugares de vida no meio natural de uso.

Considerando tais elementos, de acordo com interpretação de Ascelrad (2013: p.17) o campo da cartografia social evidencia a existência de disputas epistemológicas por meios das quais os grupos sociais reivindicam formas próprias de conceber o território e suas representações, utilizando-se das técnicas convencionais da cartografia em sua ação política.

Figura 8: Lideranças de Comunidades tradicionais do Município de Amaturá – AM



Fonte: Acervo, NCSA, ano 2014.

A representação desenvolvida na confecção dos croquis pelos sujeitos sociais é uma arma contra a negação dos direitos territoriais, as fotografias são os resultados de campos de estudos entre os municípios do alto Solimões. A equipe do Núcleo de Cartografia Social da Amazônia reúne documentos oficiais dos conflitos socioterritoriais da calha do alto Solimões, que serão analisados e descritos para publicação de fascículos e boletins informativos.

Figura 9: Elaboração e finalização do croqui de povos indígenas do Município de Benjamin Constant – AM



Fonte: Acervo, NCSA, ano 2013.

Diante da riqueza do material etnográfico dos povos e comunidades tradicionais, essas atividades cartográficas tornam-se uma das etapas mais importantes da oficina de mapeamento social. Sendo assim, Ascelrad (2013: p.32) esclarece que: “As cartografias sociais poderão ser desenvolvidas de diversas formas: como instrumento jurídico dentro de processos de lutas e disputas por identidade e territórios tradicionais”. Portanto, os desenhos são elementos essenciais na construção do espaço geográfico dos sujeitos sociais, descrevem e apontam os diferentes saberes tradicionais, como: costumes, culturas e práticas no território de uso.

Representação espacial e territorial: lutas por direitos apoiados nas práticas cartográficas

A representação geográfica trata-se da espacialização de informações de dados sobre o plano superficial, no caso, o mapa cartográfico. O território amazônico tem perpassado histórias de conflitos socioambientais e jurídicos no processo de identidades de povos e comunidades tradicionais.

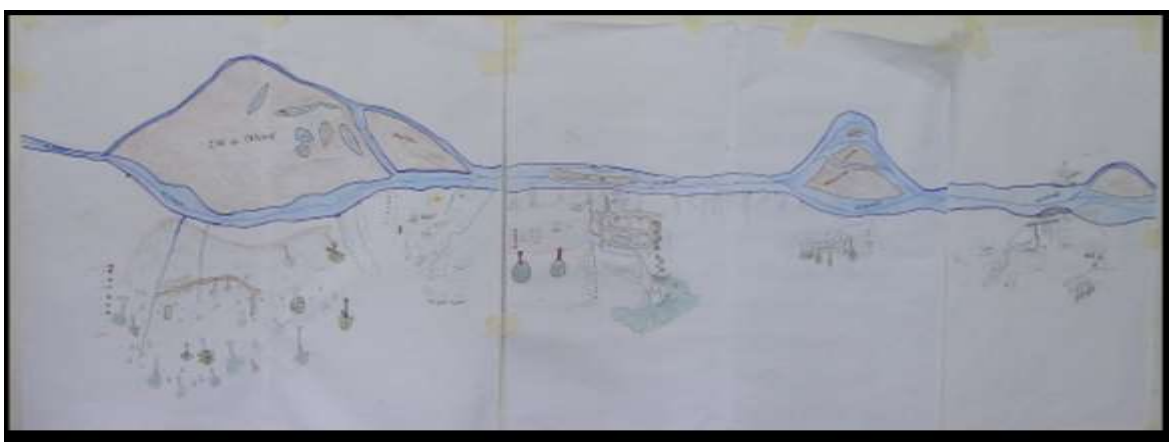
Mediante a isso, Hall Stuart (2006: p.38) diz que: A identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo "imaginário" ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre "em processo", sempre "sendo formada". Os sujeitos sociais são fundamentais no processo de luta sobre o processo de produção cartográfica, o mapa para eles é uma ferramenta importante com informações contidas, desde modo a cartografia aproxima-se de uma representação espacial capaz de envolver os povos e comunidades tradicionais.

Já a questão das tramas territoriais e o mapeamento social tem se realizado em multiplicas ações sobre lutas fundiárias, étnicas e políticas. Nesse sentido, Almeida (2007: p. 43) tras o seguinte posicionamento: “A identidade desses grupos também não se define pelo tamanho e número de seus membros, mas pela experiência vivida e as versões compartilhadas de sua trajetória comum e da continuidade enquanto grupo. Enquanto, a construção da identidade se dá com o processo de pertencimento

enraizado no espaço/território de forma que o sujeito vive através de seu modo de vida”.

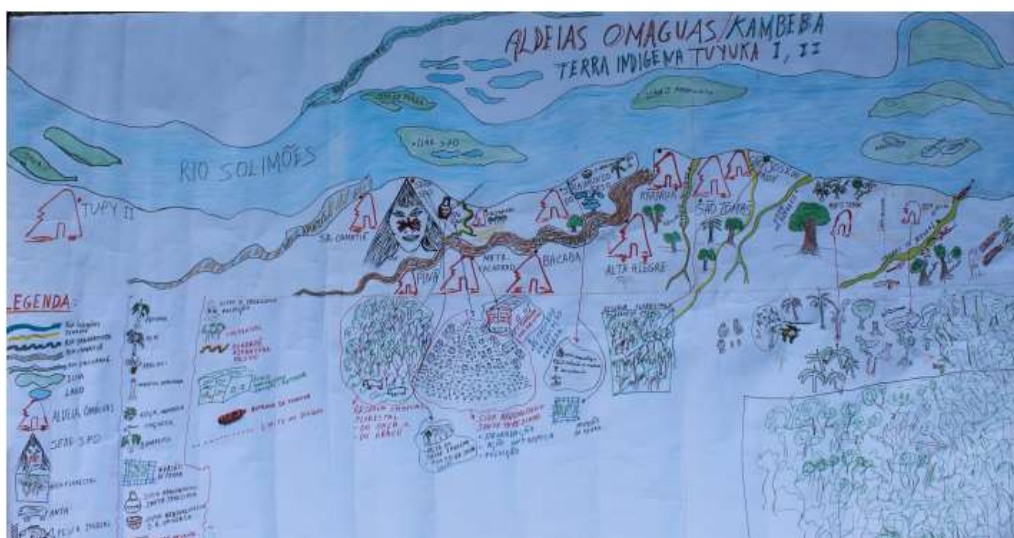
Nessa perspectiva, para Marques (2010: p. 06) o conceito de território, que, entretanto foi adquirindo forma, pode ser definido como um espaço socialmente construído, possuidor de recursos naturais e detentor uma história construída pelos homens que nele habitam, através de convenções de valores e regras, de arranjos institucionais que lhes conferem expressão, e de formas sociais de organização da produção.

Figura 10: Croqui das Comunidades Agroextrativistas de Amaturá – AM.



Fonte: Acervo, NCSA, ano 2013.

Figura 11: Aldeias Omágua – São Paulo de Olivença - AM.



Fonte: Acervo, NCSA-NESAM, ano 2020.

A partir das considerações sobre o conceito de território, concordamos que o território trás o sentido de poder, para que esse sentimento se realize os povos e comunidades tradicionais desenvolvem regras e leis para que não prejudique o espaço natural. A prática cartográfica⁹ no alto Solimões especificamente no estado do Amazonas em área de fronteira tem sido um fator importante para o reconhecimento sobre os problemas vivenciados pelos sujeitos sociais. Os croquis produzidos por eles não a um escala específica cartográfica e técnica, mas é uma arte reproduzida pela memória e observações de vida dos povos e comunidades tradicionais através do modo de vida¹⁰ no território de uso comum.

Na ótica de Ascelrad e Coli (2008: p. 21).

A cartografia de esboço é um método ligeiramente mais elaborado. Esboça se um mapa com base na observação ou memória. Não conta com medidas exatas, tais como escala consistente ou referências geográficas. Normalmente envolve o desenho de símbolos em folhas grandes de papel para representar as características da paisagem.

A reprodução das informações contidas no croqui consiste em referências do território. Os desenhos são elaborados em grupos com os membros e líderes das comunidades tradicionais, inserem símbolos e pontos importantes sobre as modificações do espaço habitado. De acordo com, Santos (1988: p. 14) a questão do espaço habitado pode ser abordada segundo um ponto de vista biológico, pelo reconhecimento da adaptabilidade do homem, como indivíduo, as mais diversas altitudes e latitudes, os climas mais diversos, e as condições naturais mais extremas.

⁹ De acordo cm Ascelrad e Coli (ano: p. 13) O imaginário cartográfico e as representações do território passaram assim a recortar o real para descrevê-lo, defini-lo e, simbolicamente, possuí-lo. As representações cartográficas passaram igualmente a subordinarse aos imperativos territoriais dos sistemas políticos que as reclamavam e justificavam.

¹⁰ “O homem – ou melhor, os homens – realizam trabalho, isto é, criam e produzem sua existência na pratica diária, ao respirar, ao buscar alimento, abrigo e amor, etc. Fazem atuando na natureza tirando da natureza e, às vezes, transformando-a conscientemente com este proposito. Esta inteiração do homem e natureza é – e ao mesmo tempo produz – a evolução social” Marx (1968: p.16).

Figura 12: Croqui da Comunidade de Bom Jardim – AM.



Fonte: Acervo, NCSA, ano 2013.

Podemos observar que os croquis produzidos pelos habitantes das comunidades tradicionais, obedecem às formas relacionadas à produção do espaço como: pesca e agricultura familiar, caça de animais para subsidio alimentar, demarcação contra o desmatamento florestal, depredação arqueológica, retirada de madeira ilegal entre outras formas de manifestação cartográfica.

Na visão de Caña (ano: p. 76) Os territórios devem ser distinguidos de acordo com os sujeitos que os constroem, como os grupos sociais, o Estado, empresas ou instituições não governamentais. As formas de organização do território variam de acordo com a sociedade, cultura e o grupo. Portanto, todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois tanto realiza funções quanto produz significados.

Os mapas enquanto produto elaborado por povos e comunidades tradicionais do alto Solimões, tem informações contidas em símbolos para descrever os problemas sobre o território. A exemplo disso, a tabela abaixo esboça com base do mapeamento social a questão da descrição dos símbolos cartográficos gerados pelo movimento dos sujeitos sociais no desenvolvimento do croqui.

Tabela 1: Descrição etnográfica dos croquis elaborados pelas comunidades tradicionais.

DESCRIÇÃO ETNOGRÁFICA DOS CROQUIS			
Informações	Símbolos cartográficos e Empecilhos gerados		
Rios	Via de canoas e embarcações	Via de tráfico e Garimpo	Via de Mercadorias fluviais
Invasão de lagos	Pesca predatória	Despesca e Manejo	Conflitos
Mata Nativa	Caça ilegal	Recursos Naturais e Retirada de Madeira	
Loteamento de terras	Ocupação de terras indígenas	Reivindicações territoriais	
Retirada de Madeiras	Áreas florestais	Conflitos socioambientais e mortes	Madeiras ilegais no território
Depredação do Sítio arqueológico	Ocupação territorial de áreas com sítios arqueológicos por grupos que visam o lucro.		
Área de Caça	Recursos naturais	Animais	Caça para subsistência
Lagos Preservação	Manejo	Locais de preservação	Despesca para subsistências de povos e comunidades tradicionais
Casa de fiscalização	Casas para fiscalizar mercadorias	Minimizar e entrada de outros grupos.	Moradores das comunidades
Base FUNAI	Fiscalização de área indígena	Apoio para famílias indígenas	Administrar e fiscalizar

Fonte: Acervo, NCSA, ano 2021.

As informações desenvolvidas pelo os sujeitos sociais explicam as formas tradicionais de vida, e também os processos conflitantes nos mapas. Os símbolos dos croquis são extremamente eficazes e tornam-se evidentes nas ações contra a negação de direitos. Na mesma linha de raciocínio de Almeida (ano: p. 116) a negação do

território está, portanto, estreitamente associada à negação da identidade, tanto naquilo que o grupo tem de particular (a fronteira que o distingue), quanto naquilo que o liga real ou potencialmente a outros grupos análogos (a categoria jurídico-administrativa que o insere em um regime discursivo nacional).

Cabe ressaltar, que a segurança no território para sujeitos sociais é a verdadeira maneira de assegurar e representar a sua identidade e preservar sua história no território de uso comum tradicional desses povos no alto Solimões.

Tabela 2: Publicações na região do alto solimões no Estado do Amazonas

Ano de Publicação	Forma de Publicação		Meio de Publicação	Município de Pesquisa
	Boletim Informativo	Fascículo		
2013	_____	Bom Jardim – Benjamin Constant - AM	Mídia e Impresso	Benjamin Constant AM
2012	_____	Desmatamento e a Devastação de Castanhais – Amaturá AM	Mídia e Impresso	Amaturá AM
2014	Desmatamento e a devastação no Alto Solimões – Panorama do desmatamento nas terras indígenas	_____	Mídia e Impresso	Municípios do Alto Solimões
2017	_____	Organização Kaixana – Santo Antônio do Iça AM	Mídia e Impresso	Santo Antônio do Iça AM
2020	Povos tradicionais indígenas do Vale do Javari - AM	_____	Mídia e Impresso	Atalaia do Norte AM
2020	Povos Tikuna e Kokama de Benjamin Constant – Movimento pela demarcação da terra tradicionalmente ocupada.	_____	Mídia e Impresso	Benjamin Constant AM
2020	Povo Omágua Kambeba: Mobilização Política e Resistência nos territórios Indígenas do Alto Solimões.	_____	Mídia e Impresso	São Paulo de Olivença AM

Fonte: Acervo, NCSA, ano 2021.

Na tabela acima estão os resultados de publicações¹¹ em formato de mídia e impresso de estudos desenvolvidos nos últimos anos no laboratório de cartografia social da Amazônia.

Conclusão

A representação dos mapas é visto para os povos e comunidades tradicionais como uma referência para o processo de articulação entre as instâncias federais, estaduais e também para âmbito municipal. A cartografia é um instrumento de resistência dos sujeitos sociais, pois, a partir deste trabalho cartográfico que esboça-se todo o sentido de vida do homem sobre o espaço.

Entendemos a importância da valorização do conhecimento tradicional, pois são determinantes na formulação de novas ferramentas de políticas públicas. As oficinas cartográficas no processo histórico desses povos e comunidades tradicionais são possíveis para saber e analisar as formas de ocupação do território, a metodologia adotada pelas pesquisas do Núcleo de Cartografia Social da Amazônia e Núcleo de estudos socioambientais tem sido a maneira de orientá-los sobre como elaborar o croqui através de acontecimentos vividos.

Sobre a experiência cartográfica, os materiais elaborados por eles, são importantes nas etapas futuras na construção do boletim informativo e de fascículos. As relações sociais estabelecidas em determinado espaço físico, seja a constituição de territorialidades pelo uso bens de uso comum possibilitam a compreensão de como são construídos os espaços sociais no processo de interação entre indivíduos.

A ideia deste trabalho advém de fontes documentais e pesquisas em sites e também por meio de cooperação dos laboratórios,¹² de modo que possuem um farto material de estudos relacionados a povos e comunidades tradicionais do alto Solimões.

Acreditamos que a elaboração dos mapas finais dos povos tradicionais é fortalecido na instrumentalização do empoderamento de documentos cartográficos do território em uso. No estado do Amazonas, sobretudo na região do alto solimões os

¹¹ <http://novacartografiasocial.com.br>

¹² Núcleo de Cartografia Social da Amazônia/Núcleo de Estudos Socioambientais da Amazônia – Centro de Estudos Superiores de Tabatinga CESTB –UEA - AM

estudos dos laboratorios tem sido importante na construção de políticas públicas e lutas por direitos pelo território.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri. **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro : Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008. 168 p. (Coleção Território, ambiente e conflitos sociais ; n. 1

ALMEIDA, A Alfredo Wagner Berno de. Mapas situacionais e categorias de identidades na Amazônia. *In*. ALMEIDA, A. W. B. de; FARIAS JÚNIOR, E. A. (2013). **Povos e comunidades tradicionais: nova cartografia social**. Manaus: UEA Edições.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Cadernos de debates Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos**. Alfredo Wagner Berno de Almeida (Orgs)... [et al]. – Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA Edições, 2010.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Nova Cartografia Social da Amazônia: **Movimento Kokama em São Paulo de Olivença-AM**. Manaus : UEA Edições, 2013.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto**: terras tradicionalmente ocupadas. 2.^a ed, Manaus: PGSCA–UFAM, 2008.

ASCELRAD, Henri e Vianna Jr, Aurélio. (Organizador);...[et al.] **Cartografia social e dinâmicas territoriais**: marcos para o debate/– 2. ed - Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano e Regional, 2012).

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**, DIFEL, Lisboa, 1989. Disponível em: <https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/06/BOURDIEU-Pierre.-O-poder-simbólico.pdf> Acesso em: 12 de janeiro de 2021.

CAÑAS, Ana Roberta Pessoa Aguilar. **Conflitos silenciosos**: a pesca amadora no lago de Balbina, Presidente Figueiredo, Amazonas / Ana Roberta Pessoa Aguilar Cañas. - Manaus: UFAM, 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) — Universidade Federal do Amazonas, 2012.

EDWARDS, Betty. **Desenhando como artista interior**. Tradução Maria Cristina Guimarães Cupertino. São Paulo: Claridade, 2002.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade** Stuart Hall; tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro-11. ed. -Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MARQUES, António Pedro Sousa. - "**Da construção do espaço à construção do território**", Fluxos & Riscos, v.1 nº 1 (2010), pp.75-88 Disponível em: <https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream.pdf> Acesso em: 12 de Outubro de 2020.

MARX, Karl. **Formações Econômicas Pré-Capitalistas**. Tradução de Erich Hobsbwan - 4ª edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SILVA, Reginaldo Conceição da. Conflitos por terra e Água no alto Solimões. **Revista Da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência**. Ano 65, n.1,. Disponível em: <http://novacartografiassocia.com.br/download/dossie-conflitos-de-fronteiras-conflitos-por-terra-e-agua-no-alto-solimoes-envolvendo-povos-e-comunidades-radicionais> Acesso em: 10 de janeiro de 2021.

VIÉGAS, Rodrigo Nuñez et al. **Cartografia social, terra e território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano e Regional, 2013).

Mateus da Silva Teixeira - Mestrando em Geografia no Programa de Pós Graduação em Geografia – UFAM. Pesquisador do Núcleo de Cartografia Social da Amazônia e Núcleo de Estudos Socioambientais da Amazônia.

Reginaldo Conceição da Silva -Doutor em Geografia – UNIR, Professor na Universidade Estadual do Amazonas – CESTB-AM. Coordenador do Núcleo de Cartografia Social da Amazônia.

Manuel de Jesus Masulo da Cruz - Doutor em Geografia Humana – USP, Professor da Universidade Federal do Amazonas. Atuando no Departamento de Geografia – PPGEOG-UFAM.

Recebido para publicação em 11 de agosto de 2021.

Aceito para publicação em 24 de agosto de 2021.

Publicado em 01 de outubro de 2021.